

# MARIA MOISÉS – UMA REPRESENTAÇÃO DA TRANSIÇÃO DO ANTIGO REGIME À IDADE CONTEMPORÂNEA EM PORTUGAL

Luiz Eduardo Martins de Freitas<sup>1</sup>

## RESUMO

Franco Moretti, em seu Atlas do Romance Europeu, defende que o romance representa o Estado-nação. Para ele, essa forma literária também mostra os conflitos que ocorreram para que o Estado-nação existisse. O crítico apresenta três áreas: o centro urbano, as periferias rurais e a fronteira interna. De acordo com ele, os personagens de romances históricos se deparam diante do impasse de não saberem se devem honrar suas raízes locais ou se devem ceder à hegemonia central. Apesar de o livro Maria Moisés, de Camilo Castelo Branco, não ser um romance histórico, muito da teoria de Moretti pode ser aplicada a ele. Moretti defende que dessas três regiões, a única a ser muito metaforizada é a fronteira. Esta metaforização representaria o conflito entre os poderes locais e o central, sendo o último vencedor. O desaparecimento da fronteira representaria a incorporação da periferia ao Estado-nação. Aplicando essa teoria ao Portugal oitocentista, vemos que havia um conflito entre os realistas, defensores do Antigo Regime e os liberais, favoráveis às ideias da Revolução Francesa. Os protagonistas do romance, António, um nobre, e Josefa, uma camponesa, só podem se encontrar na fronteira interna. Os valores do Antigo Regime impedem que eles se relacionem em outras áreas. Josefa irá morrer em decorrência de complicações pós-parto e António, perseguido por seu pai, fugirá para o Brasil. A zona de fronteira perde a sua metaforização; no entanto, isso não resultará em unidade nacional, como prevê a teoria de Moretti. As instituições do Antigo Regime mostrar-se-ão fortemente atuantes e a tentativa de união nacional será fracassada. Quando o liberalismo for efetivamente vencedor, muitos conflitos surgirão e

---

1 Mestrando do Curso de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo - USP, luiz.eduardo235@hotmail.com; luiz.eduardo.freitas@usp.br

Maria Moisés, a filha do casal, será uma representação da tentativa de união do país, que ocorre através do favor e do catolicismo.

**Palavras-chave:** Literatura Portuguesa, Camilo Castelo Branco, Maria Moisés, Século XIX, Franco Moretti.

## INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

**P**retendemos mostrar como a personagem principal do livro *Maria Moisés*, de Camilo Castelo Branco, representa uma tentativa de união de Portugal no século XIX. Defendemos que esse processo tenha ocorrido através do catolicismo e do favor, aspectos importantes na sociedade portuguesa. Mostraremos também como a teoria de Franco Moretti, exposta em seu *Atlas do Romance Europeu*, se adequa a esse romance lusitano. Para a contextualização histórica usaremos estudos de Rui Ramos e António Simões Rodrigues.

## METODOLOGIA

Apresentaremos o conceito de formação do Estado-nação de Moretti, sua divisão em três áreas, a saber: urbana central, rurais periféricas e fronteira interna. Depois de sua exposição, aplicaremos este conceito ao livro de Camilo. Faremos também explicações sucintas sobre o século XIX português para contextualizar o romance.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A teoria de Moretti na obra *Atlas do Romance Europeu* é vasta e iremos abordar apenas uma parte dela neste artigo. De acordo com o crítico, a unidade nacional se tornou uma questão importante nos séculos XVIII e XIX, foi o romance que possibilitou a representação desse novo conceito:

...o vilarejo, a corte, a cidade, o vale, o universo podem todos ser representados visualmente – nos quadros, por exemplo. Mas o Estado-nação? Bem, o Estado-nação... encontrou o romance. E vice-versa: o romance encontrou o Estado-nação. E, sendo a única forma simbólica que poderia representá-lo, tornou-se um componente essencial da nossa cultura. (MORETTI, 2003, p.27).

De acordo com Moretti o romance apresenta os embates pelos quais as sociedades europeias passaram para formarem o Estado-nação tal como o concebemos hoje. Os Estados Nacionais já existiam, mas de uma maneira fragmentada:

Alguns Estados-nação (notadamente a Inglaterra/ Grã-Bretanha e a França), já existiam, naturalmente, muito antes da ascensão do romance: mas como Estados

“potenciais”, eu diria, mais do que reais. Tinham uma corte no centro, uma dinastia, uma marinha, algum tipo de tributação – mas dificilmente eram sistemas integrados; eram ainda fragmentados em diversos circuitos locais, em que o elemento estritamente *nacional* não afetara até ali a existência cotidiana. Mas, por volta do final do século XVIII, começa a haver uma quantidade de processos (**a onda final de cercamentos rurais; o surto de industrialização; a ampla melhoria das comunicações; a unificação do mercado nacional; o recrutamento das massas**) que literalmente arrasta os seres humanos para fora da dimensão local e os joga numa dimensão muito maior. Charles Tilly fala de um novo valor para esse período – “a lealdade nacional” – que o Estado tenta forçar por sobre e contra as “lealdades locais”. Ele está certo, creio, e o embate entre a velha e a nova lealdade mostra também em que medida o Estado-nação foi, inicialmente um *problema*: uma coerção inesperada, muito diferente de relações de poder anteriores; um domínio mais amplo, mais abstrato – *que necessitava de uma nova forma simbólica para ser entendido.*” (MORETTI, 2003, p. 27-28, grifo nosso).

A coerção mencionada por Moretti se dá a partir da região central em direção às regiões rurais, incorporando-as. Como esse processo é formalizado na literatura? Uma parte crucial da narrativa irá se passar no que o crítico chama de fronteira interna. Diferente das fronteiras externas (que ocorrem entre países), a fronteira interna se situa entre o centro e a região rural de um mesmo país, nesse espaço surge um ambiente metafórico que possibilita a relação entre os representantes das duas regiões. O personagem vinculado à realidade local se verá em um dilema: honrar suas tradições regionais ou ceder ao poder hegemônico vindo do centro:

Sob uma capa ou outra, a traição está presente em todos os grandes romances históricos; assim que o herói chega à fronteira interna, imediatamente se junta ao Rebelde, ao Tumulto [...] suas ações mostram, ao contrário, quão ténue ainda é a identidade nacional na Europa oitocentista. Uma luta entre lealdades nacionais e locais, escreve Tilly sobre aqueles anos: é verdade, e a traição mostra a acrimônia do conflito, que mantém a alma do herói suspensa por muito tempo entre a nação e a região. (MORETTI, 2003, p.48).

O crítico italiano estabelece duas características da fronteira interna. A primeira é a forte metaforização e perda de elementos simples e pro-saicos. Até os nomes dos personagens perdem seu atributo de signo

linguístico arbitrário e passam a serem designados fora da realidade cotidiana:

Embora o romance apresente uma baixa 'figuratividade' (como diria Francesco Orlando), perto da fronteira a figuratividade surge: o espaço e os tropos se entrelaçam; a retórica depende do espaço. Aqui, até mesmo os nomes próprios perdem sua qualidade moderna, indicial (sua "falta de sentido") e readquirem uma intensidade semântica notável: o Filho de João, o Grande, o Matador de Cervos, o Inominado, o Sangue Morto, o Jardim do Diabo... (MORETTI, 2003, p.54).

Ou seja, a fronteira interna é um espaço descolado da realidade, onde se verifica o uso extensivo de metáforas, o que contrasta com as outras localidades mencionadas nas obras. Passemos a segunda característica dessa região, a volta no tempo:

...o espaço não se torna tempo em qualquer lugar, nos romances históricos, mas apenas na proximidade da fronteira interna. Só ali se torna possível 'ver' uma viagem ao passado - e dessa maneira imaginar a própria forma do romance histórico, que é ele mesmo uma viagem ao passado. (MORETTI, 2003, p.50).

A região fronteira surge para resolver o conflito e promover a união do país, depois de cumprir sua função, ela acaba por desaparecer:

Os romances históricos não são apenas histórias 'da' fronteira, mas de seu apagamento e da incorporação da periferia interna na unidade maior do Estado: um processo que mistura consentimento e coerção [...] O amor, entre o homem da Inglaterra e a mulher da propriedade das Terras Baixas: uma miniatura de uma união nacional baseada no acordo, no desejo mútuo dos espaços mais 'civilizados'. (MORETTI, 2003, p. 50).

Com a teoria de Moretti brevemente exposta, passemos ao livro *Maria Moisés*. O romance camiliano foi publicado em 1876, sua narrativa se passa entre 1812 e 1850. Josefa de Santo Aleixo, uma camponesa, se apaixona por António de Queiroz e Menezes, um nobre. Como viviam sob a égide do Antigo Regime, sua união é impossível. Apesar disso, os dois insistem em ficar juntos. A história se passa em uma localidade rural chamada Ribeira de Pena. A região fronteira apresentada no romance guarda as características apresentadas por Moretti, como mostraremos a

seguir; contudo, há uma diferença: ela se dá dentro da região rural e não entre o centro e a periferia. Um indício de que estamos diante de uma tentativa de união entre a aristocracia e o campesinato. Os personagens se encontravam nas montanhas, afastados da civilização, é apenas nessa região fronteiriça que o seu relacionamento é possível:

Era pescador e caçador António de Queiroz e Menezes. Viu no monte a filha do lavrador de Santo Aleixo. As seras têm sombras do infinito. O coração aí é maior que as dimensões do peito. O homem como se vê só, no cabeço de um fragoedo, dá-se grandeza extraordinária, mede-se pelo comprimento de horizonte a horizonte. Se o amor lhe rutilou aí como um relâmpago que fulgura numa vasta cordilheira de montes, é um amor olímpico, titânico, imenso, que disparado sobre a modéstia e singeleza de uma rapariga montezinha, faz lembrar Camões:

..... Qual será o amor bastante

**De ninfa que sustente o dum gigante?** (CASTELO BRANCO, 2020, p.23, grifo nosso).

Verificamos que não existe aqui a impossibilidade da união devido aos estratos sociais. Além disso é notável a primeira característica da fronteira interna indicada pelo crítico italiano: a metaforização dos nomes e do espaço. Josefa é comparada a uma ninfa e António a um gigante. Nessa região, os amantes são apresentados como os do período renascentista e são alçados a categoria de figuras mitológicas. Tal como Camões criara uma figura de grandiosidade para os lusitanos de outrora, Josefa e António são, nesse espaço, heróis que estão acima da mesquinhez prosaica. Passemos a um excerto que comprova a segunda característica do espaço fronteiriço, o salto temporal:

A serra tinha penhascais, bosques, cavernas, insinuando o amor selvagem. **Rodeava-os uma natureza contemporânea do homem vestido da pele do seu confrade em civilização**, o grande urso e o grande veado. A forma selvática e antiga do proscénio deu-lhes jeitos de **antigos atores da vida animal. Ninguém que os visse**, ninguém que lhes lesse os grandes livros do padre Sanches, à cerca do matrimónio. Oh! a solidão, entre dois amantes, faz os poetas; mas talvez primitivos de mais, algum tanto gaélicos, normandos, alheios de tudo o que é epistolografia amorosa, — peles-vermelhas no rigor antropológico, à vista do modo como a gente em honesta prosa costuma casar-se. (CASTELO BRANCO, 2020, p. 24, grifo nosso).

O único lugar onde é possível que uma camponesa se junte a um fidalgo é nesse espaço fronteiriço, imaginário, onde suas posições sociais e todos os aspectos culturais desaparecem diante do esplendor da natureza e da viagem no tempo. Ao saírem de um espaço rural e real para o espaço de fronteira, Josefa e António deixam seus nomes e suas posições na sociedade para habitar um espaço muito mais metafórico e distante da civilização. Cabe ainda ressaltar que os amantes não são vistos por ninguém nesse excerto, eles estão protegidos do mundo civilizado. Esse abrigo não dura muito tempo. Cristóvão, pai de António, procura saber por onde o filho estivera:

Foi por aí que deslizaram três meses do estio e **outono de 1812**. [...] Nas suas pesquisas descobriu que o filho, vindo a férias do Natal, passara o Tâmega, e caçara nos montados de Santo Aleixo. **Foi visto**. É que os arvoredos estavam desfolhados; os choupos da Ínsua mostravam as grimpas curvadas à flor da corrente arreatada; nos recôncavos das penedias, em vez dos froixéis de relva, havia lençóis de neve, palmilhada pelos lobos. Como não tinham florestas confidentes, foram vistos à beira do rio, ali mesmo, na cangosta do Estêvão... (CASTELO BRANCO, 2020, p. 24-25, grifo nosso).

A menção temporal clara e o fato de António ter sido visto indicam que a fronteira interna não mais existe. O mesmo espaço é agora comum, desta feita não temos metáforas de figuras mitológicas ou um retorno até um tempo em que havia harmonia com a natureza. Na teoria de Moretti, quando ocorre esse apagamento, o poder central incorpora as realidades locais; no entanto, não é isso que acontece no romance. Com a dissolução da fronteira interna, o anteparo do casal também desaparece. Os amantes não estão mais protegidos das instituições do Antigo Regime.

Esses encontros amorosos levaram à gravidez de Josefa. Ser uma mulher grávida e solteira era ainda um tabu, por isso ela disfarça essa situação sob o pretexto de estar doente. O rapaz procura o padre para que, sem a benção paterna, oficialize a sua união com Josefa às escuras. O religioso se nega e conta tudo ao pai do fidalgo, que o manda para Lisboa com o fim de o casar com uma moça aristocrata. António recusa o casamento e seu pai o envia para a prisão do Limoeiro. As leis do Antigo Regime possibilitam a Cristóvão ordenar que seu filho seja preso sem a instauração de uma investigação ou a realização de um julgamento:

O filho recebeu ordem de acompanhar seu pai à corte, onde não havia corte nesse tempo. A surpresa abafou

a reação do moço; mas o velho, em todo prumo da sua soberba, se o filho reagisse, iria à sua panóplia — que era um feixe de montantes e partazanas ferrugentas encostadas a um canto da tulha — e seria capaz de lhe meter um ferro de lança no degenerado peito! Assim fizeram sempre Queirozes, os bons, entenda-se; porque há em Portugal outros Queirozes, que não vêm de Bernardo del Carpio — o qual matou o rei dos Longobardos em Itália — e estes fazem o que lhes parece, porque não são dos bons, nem têm diplomas de assassinos desde o século X. (CASTELO BRANCO, 2020, p.26-27).

O narrador faz questão de indicar que a corte não estava no país e também de ridicularizar a preocupação com a pureza de genealogia, característica importante para o Antigo Regime, indicando que o que diferencia a aristocracia é o fato de algum antepassado ter assassinado alguém com um cargo importante. Sendo assim, o narrador se opõe à preocupação da genealogia aristocrática.

Embora Ant3nio tenha sido deslocado contra sua vontade, ainda elabora um plano. Ele pede a um amigo que envie uma de suas criadas ao encontro de Josefa e a leve a um ref3gio. Para ter acesso à casa, a criada ter3 que se aproximar da m3e de Josefa, Maria da Laje, que era muito devota e supersticiosa, al3m de ter uma enorme repulsa às m3es solteiras e a qualquer coisa que fosse contra os costumes. Sabedora disso, a criada a encontra na igreja e lhe diz: “Sua filha est3 infeitiçada, tia Maria — prosseguiu a outra. [...] Aqui levo as arrelíquias pra lhe deitar ao pescoço.” (CASTELO BRANCO, 2020, p. 31). Ao se encontrarem, a criada instrui Josefa a sair naquela noite e encontr3-la em uma quinta. Depois de a criada ir embora, Josefa começa a sentir as contrações do parto. Sua m3e finalmente percebe o que est3 acontecendo: “Aqueles gritos e contorsões recordaram-lhe que havia sido m3e; viu, como nunca vira, os sinais exteriores do crime nem sonhado; os modos suplicantes da filha confessavam o crime.” (CASTELO BRANCO, 2020, p. 36). Apesar da dif3cil situaç3o de n3o receber nenhum amparo da pr3pria m3e e ser vista por ela como uma criminosa, Josefa mant3m-se firme e d3 à luz. Ao sair de sua casa em direç3o ao local combinado com a criada, Josefa cai no rio e sua filha 3 levada pela correnteza dentro de um berço. Josefa morre no mesmo espaço f3sico onde se encontrava com Ant3nio. O espaço que fora seu ref3gio, torna-se seu local de morte.

O rapaz, que imaginava que Josefa havia morrido ainda gr3vida, vai se abrigar no Brasil. Ele tenta se adequar às exig3ncias da sociedade. Ele



sobrevive por ceder, ainda que a contragosto, a um sistema social que lhe impõe algumas regras. Portugal é para António, o conjunto das sufocantes leis e convenções sociais que o prendem ao seu nascimento. Já que, mesmo sendo integrante da elite, a autoridade paterna se dá, inclusive por meios legais. Josefa, por sua vez, não acredita em alternativas do mundo real e não pensa em soluções exequíveis: “Ela [...] Preferia tê-lo, e amá-lo nas matas chilreadas, nos desfiladeiros dos montes, no sinceiral da Ínsua, nas alcovas de ramagem que só eles e os rouxinóis conheciam nas margens do Tâmega.” (CASTELO BRANCO, 2020, p. 24).

Ao se referir à maneira como João da Laje, pai de Josefa, reage com relação à morte da filha, o narrador se coloca como externo à comunidade rural, como se estivesse apresentando esse universo ao público citadino: “O leitor urbano mal imagina **como são** estes pais e maridos rurais quando lhes morrem as filhas ou as mulheres” (CASTELO BRANCO, 2020, p. 17, grifo nosso). O uso do verbo no presente do indicativo pode indicar que desde o período do enunciado (1813) até o da enunciação (1876), os costumes rurais não se alteraram. Cabe aqui também ressaltar que a cidade sequer é apresentada, ela é apenas mencionada vagamente. Outro aspecto importante sobre o campo é o da presença pouco atuante das instituições, exceto a igreja. O que pode ser depreendido do fato de que pouco tempo antes de morrer, Josefa passa por um exorcismo para se livrar de sua gravidez, que era ainda disfarçada de doença. Além disso, é um vigário que vai ver o seu corpo, é também um padre que acompanha o escrivão para realizar os procedimentos legais.

Avançando pela narrativa, veremos que o bebê desce pela correnteza do rio e é encontrado pelo pescador Francisco Bragadas. Ele vai até sua casa e pede para que sua mulher, Isabel, alimente a criança. Francisco se dirige à quinta de Santa Eulália, que pertencia a fidalgos. Ele também leva a menina, no intuito de propor que os nobres se encarreguem de sua criação. Estavam presentes, o desembargador (Teotónio de Valadares), suas irmãs (D. Maria Tibúrcia e D. Maria Filipa), além do cônego de Braga (João Correia Botelho). Teotónio concorda em ficar com a enjeitada. Passam, então, a cogitar qual seria o seu nome. Maria, por causa de sua madrinha, D. Maria Filipa, mas haveria de ter um complemento. O religioso propõe Maria Moisés, já que ela havia sido encontrada no rio da mesma maneira que a figura bíblica.

Quando Maria Moisés completa 15 anos, já estão mortos a sua madrinha e o desembargador. D. Maria Filipa lhe deixa a quinta de Santa Eulália como herança. O cônego aceita a moça num convento. Depois de três

anos, Maria Moisés sente que não deve continuar no monastério e, então, vão ambos morar na quinta. Ela pretende cuidar de enjeitados, lhes oferecendo o cuidado que também recebera quando precisou. É importante pontuar que Maria Moisés só pode cuidar dos enjeitados porque herda a propriedade de uma nobre que a acolheu. O favor da aristocracia continua sendo necessário. Ela é assistida por um padre, que guia os seus passos e a exorta, mais um dado que corrobora a importância do catolicismo. Sua caridade é vista pelo religioso como algo que não encontra mais lugar no mundo: “És uma virtuosa criança, Maria — replicou o padre — mas vieste tarde à procura de um mundo que passou.” (CASTELO BRANCO, 2020, p. 54). Segue-se uma sequência de argumentos financeiros. Apesar deles, dentro de pouco tempo, Maria Moisés tem crianças para cuidar. Francisco Bragadas passa a trabalhar na quinta como caseiro. A enjeitada passa a ser considerada uma santa por muitas pessoas da região, que se aproveitam de sua ingenuidade para extorqui-la. A senhora começa a passar por dificuldades financeiras. A despeito disso, continua a se preocupar com a educação das crianças. Quando Francisco diz que ela deve fazer com que os meninos aprendam trabalhos braçais ao invés de ler e escrever, ela responde: “Não quero, sr. Francisco. Quero que aprendam, e depois veremos. Talvez os mande para o Brasil.” (CASTELO BRANCO, 2020, P.57). O Brasil está, nesse período, associado a um futuro promissor, às possibilidades de enriquecimento e de uma vida mais digna. Não por acaso António e até mesmo a Corte vieram se refugiar na América Portuguesa. Por outro lado, Portugal está constantemente ligado à tragédia e à morte. Percebemos isso quando António retorna à sua pátria, depois de ter seguido carreira militar no Brasil:

O general chegou inesperadamente, recolheu - se à casa onde nascera; e tão funda amargura o avassalou que se arrependeu de voltar à terra natal, onde lhe entraram redivivas e pungentes ao âmago da alma as recordações de Josefa de Santo Aleixo, — a sombra plangente que lhe seguira todos os passos da vida. (CASTELO BRANCO, 2020, p.61).

Para o fidalgo, Portugal continuava a ser um desgosto. Ele permanecia vivendo no passado, ao andar e ver as paisagens “Ele parecia ver e ouvir; mas via e ouvia no passado o rosto e a voz de Josefa, e embebia no lenço as lágrimas.” (CASTELO BRANCO, 2020, p. 66). A riqueza de António já existia antes de sua partida. Contudo, muitos portugueses iam ao Brasil em busca de fortuna e, ao retornarem, recebiam a jocosa

algunha de “brasileiros”. A casa de João da Laje, pai de Josefa, é comprada por uma dessas pessoas e será destruída: “Um brasileiro comprou esta quinta, que esbeça lá em abaixo com o rio, e está arrasando a casa para fazer um palacete.” (CASTELO BRANCO, 2020, p. 67). Josefa desaparece fisicamente e depois sua casa simples virá abaixo para que um edifício luxuoso seja erigido. O que pode ser uma representação de que, além de ter deixado de ter sua importância no contexto global, Portugal passa também a perder espaço para a sua ex-colônia.

A propriedade de Maria Moisés está sendo vendida em 1850, um tempo de desordem política. Para uma parte da população portuguesa, ter de volta as instituições do Antigo Regime traria a paz. Como é a opinião de um vigário ao conversar com António a respeito da quinta:

É uma bonita propriedade; mas ninguém lhe dá o que ela vale, porque não há dinheiro, e quem o tem fecha-se com ele, por medo das revoluções que são umas atrás das outras. Os cabralistas querem dinheiro, os patuleias querem dinheiro, agora dizem que os saldanhistas vão sair com a procissão porque querem dinheiro, e quem não for uma das três cousas há de pagar para todos os três partidos. Eu não sei com quem tenho a honra de falar, mas sou franco; o que eu digo é que Deus traga o sr. D. Miguel I a ver se Portugal se endireita de vez. (CASTELO BRANCO, 2020, p. 70).

O excerto acima apresenta o anseio popular para que haja paz e estabilidade. Para o religioso, quem pode fazer isso é Dom Miguel. A influência do Antigo Regime ainda sobrevive. António irá comprar a propriedade e revelar ser o pai de Maria Moisés. Só assim ela pode manter o seu projeto. Ressaltamos que mais uma vez é preciso o favor de um aristocrata. António passa por lances de grande emoção já que a filha se parece muito com a mãe, com algumas diferenças relevantes:

Maria era alta, refeita, loura e bela como Josefa de Santo Aleixo: mas de uma beleza mais senhoril, menos rica do colorido da saúde e das insolações tépidas, e do ar puro das serras. Tinham passado por ela alguns anos de convento, e uma vida longa de domesticidade, que desmaia a epiderme compensando-a nas graças mórbidas da beleza aristocrática. Mas, como quer que fosse, era o retrato de sua mãe, favorecido pela palheta de artista caprichoso que desadorasse as fortes e vivas cores das formosuras do campo; **era Josefa de Santo Aleixo, depois de respirar em dez invernos o ar do teatro de S. Carlos, e em dez**

**estios o ar latrinário dos Passeios de Lisboa.** (CASTELO BRANCO, 2020, p.73-74, grifo nosso).

Maria Moisés é Josefa depois de ter se corrompido na cidade. Ou seja, Josefa era a impossibilidade de se conectar com o passado e também de resistir às convenções sociais. Maria Moisés, por sua vez, pode representar uma tentativa de aliar as características do campo e da cidade, ela é a representação da unidade. Seu pai, António, um aristocrata, só pode viver feliz em Portugal quando encontra sua filha. Pensamos que esse pode ser mais um indicativo de que Maria Moisés apazigua também as classes sociais na passagem da Era Moderna para a Contemporânea em Portugal.

Assim sendo, a protagonista da novela representa a possibilidade de união e reconciliação entre as classes sociais, a possibilidade da superação das transgressões urbanas e do radicalismo das tradições rurais, alcançando a paz. Não obstante, tudo isso só pode ser alcançado através da religião e do favor, duas questões importantíssimas no contexto oitocentista português. É possível que até mesmo o nome de Maria Moisés seja mais um indicativo da participação da igreja na sociedade portuguesa. Algo de que os liberais tentaram se livrar, mas não conseguiram. Não por acaso, a narrativa termina um ano antes do início da Regeneração (1851 – 1868), período em que houve um avanço industrial e tecnológico e relativa paz no campo político. Não é também por acaso que Camilo tenha deixado uma dedicatória a Tomás Ribeiro, um dos políticos envolvidos na Regeneração. Soma-se a isso o fato de o livro ter sido publicado em 1876, ano marcado pela Janeirinha, trazendo novamente a instabilidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A união entre as classes sociais, entre as estruturas de poder e entre o urbano e o rural, que é representada por Maria Moisés, que ocorre, ainda que com problemas durante a Regeneração (1851 – 1868), demorou para acontecer novamente. Mesmo anos depois da publicação desse livro:

Do ponto de vista dos liberais, a população não constituía um «povo», porque sempre conceberam um «povo» como um conjunto de cidadãos instruídos, prósperos e participativos. Daí o desabafo de Fontes na Câmara dos Pares, a 24 de Março de 1884: «O país real, o das montanhas e diferentes localidades, é indiferente a tudo aquilo que nós aqui fazemos.» (RAMOS, 2009, p.517).

Após vários embates, a população rural continuava vivendo uma realidade muito distante da urbana e as agitações sociais voltaram a surgir. Mais um dado que corrobora para que o livro possa ser entendido como uma representação do desejo de unidade e paz, que vem através do catolicismo e do favor, tendo sua representação em Maria Moisés, o fruto de um alinhamento entre a nobreza e o campesinato.

## REFERÊNCIAS

CASTELO BRANCO, Camilo. **Maria Moisés**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2020.

MORETTI, Franco. **Atlas do Romance Europeu**. 1ª ed São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

RAMOS, Rui. **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

RODRIGUES, António Simões. **História de Portugal em datas**. 4ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 2007.